

Nestor Távora  
Rosmar Rodrigues Alencar

# Curso de Direito Processual Penal

## Conforme

- Lei 13.804/2019 – Medidas cautelares restritivas à habilitação para dirigir
- Lei 13.793/2019 – Exame de documentos por advogado
- Lei 13.774/2018 – Modificação da organização da Justiça Militar da União
- Lei 13.772/2018 – Violência doméstica por violação à intimidade da mulher
- Lei 13.771/2018 – Majorante do crime de feminicídio
- Lei 13.769/2018 – Prisão domiciliar e progressão especial para gestantes, mães de crianças até 12 anos ou responsáveis por pessoas com deficiência
- Lei 13.728/2018 – Contagem de prazos na Lei 9.099/1995
- Lei 13.721/2018 – Prioridade de exame de corpo de delito em casos de violência doméstica
- Lei 13.718/2018 – Modifica a ação penal nos crimes contra a dignidade sexual
- Lei 13.642/2018 – Acrescenta atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores
- Lei 13.608/2018 – Prevê noticiante anônimo (whistleblower)
- Lei 13.603/2018 – Princípio da simplicidade na Lei 9.099/1995
- Decreto 9.586/2018 – Política de proteção contra a violência doméstica
- Resoluções-CNMP 181/2017 e 183/2018 – Acordo de não persecução penal
- Enunciados das Súmulas 599, 600, 604, 606, 607 e 617 do STJ

14<sup>a</sup>  
edição  
revisita, atualizada  
e ampliada

 EDITORA  
JusPODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)

# Resumo de Curso de Direito Processual Penal

CONFORME: - Lei 13.804/2019 – Medidas cautelares restritivas à habilitação para dirigir - Lei 13.793/2019 - Exame de documentos por advogado - Lei 13.772/2018 - Violência doméstica por violação à intimidade da mulher - Lei 13.771/2018 - Majorante do crime de feminicídio - Lei 13.769/2018 - Substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar da mulher gestante - Lei 13.728/2018 - Contagem de prazos na Lei 9.099/1995 - Lei 13.721/2018 - Prioridade de exame de corpo de delito em casos de violência doméstica - Lei 13.718/2018 - Modifica a ação penal nos crimes contra a dignidade sexual - Lei 13.642/2018 - Acrescenta atribuição à Polícia Federal no que concerne à investigação de crimes praticados por meio da rede mundial de computadores - Lei 13.608/2018 - Prevê noticiante anônimo (whistleblower) - Lei 13.603/2018 - Princípio da simplicidade na Lei 9.099/1995 - Decreto 9.586/2018 - Política de proteção contra a violência doméstica - Enunciados das Súmulas 599, 600, 604, 606, 607 e 617 do STJ NOVIDADES DA 14ª EDIÇÃO: É com grande satisfação que apresentamos ao leitor a 14ª Edição do Curso de Direito Processual Penal, amplamente revisada e atualizada.

O nosso compromisso didático é mais uma vez reafirmado, com a abordagem dos assuntos de maneira completa, sem, contudo, exceder em extensão.

[Acesse aqui a versão completa deste livro](#)